

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é aquisição de materiais hidráulicos para as Secretarias, Fundos e Fundações.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal Governo

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Simone Sibeli da Silva	Agente em Atividades Administrativas	2440401	Simone.silva@itajai.gov.sc.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente demanda tem como objetivo a aquisição de materiais hidráulicos, tendo em vista a necessidade da realização de reparos e manutenções em geral, atendendo as demandas diárias desta administração.

Tais serviços são essenciais para manter o bom funcionamento desta administração, prezando por um ambiente seguro e de qualidade para o desenvolvimento das atividades.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O Município dispõe de um Plano Anual de Contratações 2024

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o eminente vencimento da ARP 140/2023, faz-se necessário a abertura de um novo registro de preço para a aquisição de materiais hidráulicos.

Tendo em vista que o novo certame terá validade de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovado o preço mais vantajoso.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com

outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para a estimativa dos quantitativos foi utilizado o histórico das últimas contratações, realizando ajustes nos quantitativos de acordo com as demandas observadas durante os serviços de manutenção.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando o quantitativo a ser contratado, foi selecionado o sistema de registro de preços, pois desta forma será possível garantir a disponibilidade dos materiais durante a vigência da Ata.

Tendo em conta que serão realizados os pedidos de acordo com a necessidade de cada Secretaria, Fundo ou Fundação.

Outra metodologia levantada para a aquisição de tais materiais foi o fornecimento de cada item da presente licitação, porém não se mostrou eficaz e vantajosa para a administração.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa dos valores deste Registro de Preços foi realizada através da pesquisa no Banco Nacional de Preços e em consultas em sites oficiais. O preço estimado para cada item foi elaborado por meio da média simples dos valores orçados.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Em virtude da necessidade de aquisição de diferentes itens, optou-se pelo Sistema de Registro de Preço, pois tal processo licitatório atende as demandas desta administração.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considera-se a forma mais eficiente para o fornecimento deste registro de preço a aquisição por item.

Tal forma aumenta a competitividade, pois possibilita a participação de vários interessados, ofertando o preço mais vantajoso para a administração.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se aplica

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Economia de recursos: Com o registro de preços, a administração terá um documento que estabelece os valores máximos que poderá pagar pelos materiais de manutenção hidráulica, o que permite um maior controle dos gastos. Dessa forma, é possível evitar preços abusivos e garantir que a administração esteja pagando um preço justo pelos materiais.

Agilidade no processo de aquisição: O registro de preços permite que a administração tenha um documento que lista as empresas fornecedoras e os preços estabelecidos para cada material. Isso simplifica o processo de aquisição, pois elimina a necessidade de realizar processos licitatórios para cada compra e permite uma seleção mais rápida do fornecedor.

Qualidade dos materiais: Com o registro de preços, a administração pode estabelecer critérios para a seleção dos fornecedores, garantindo que os materiais adquiridos tenham qualidade e atendam às especificações técnicas necessárias para a manutenção hidráulica.

Transparência nas compras: O registro de preços é um documento público e transparente, o que permite que a administração preste contas à sociedade sobre as compras realizadas e os valores pagos pelos materiais.

Garantia de abastecimento: Com o registro de preços, a administração pode selecionar mais de um fornecedor para cada material, o que garante o abastecimento contínuo e evita problemas de desabastecimento devido a eventualidades, como a quebra de contrato com um fornecedor.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não de aplica

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para a aquisição não existem impactos ambientais previstos pois se trata de simples aquisição de materiais hidráulicos para manutenção.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

Simone Sibeli da Silva
Agente em Atividades Administrativas

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.
Itajaí/SC, 06 de junho de 2024.

Mario Sergio Teixeira